



29 DE JULHO DE 2015

Quarta-feira

- TRANSPARÊNCIA E BOM SENSO
- EDITORIAL: DÍVIDA PREOCUPANTE
- A HISTÓRIA SE REPETE
- RESÍDUOS SÓLIDOS, SEM SOLUÇÃO
- GRAMMER DO BRASIL É A PRIMEIRA EMPRESA A ADERIR AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- BANCO DO BRASIL PREVÊ DESEMBOLSAR R\$ 1,5 BI PARA MICROEMPREENDEDORES EM 2015
- GM INVESTIRÁ R\$ 6,5 BI PARA DESENVOLVER SEIS MODELOS NO BRASIL
- GM DOBRA PLANO DE INVESTIMENTO NO BRASIL; VALOR CHEGA A R\$ 13 BILHÕES
- DIRETOR DA ANEEL CONTRARIA TCU E DEFENDE RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES DAS DISTRIBUIDORAS
- STANDARD & POOR'S REVISA PERSPECTIVA DE NOTA DO BRASIL DE ESTÁVEL PARA NEGATIVA
- É ESTRUTURAL
- PELO BEM DO SUS, GOVERNO QUER DERRUBAR PEC QUE OBRIGA PATRÃO A PAGAR PLANO DE SAÚDE A EMPREGADO
- FEDERAL-MOGUL TEM ALTA NAS VENDAS DA DIVISÃO MOTORPARTS
- PSA PEUGEOT CITROËN TERÁ NOVO DIRETOR DE COMPRAS PARA AL
- CEVA LOGISTICS ANUNCIA MUDANÇAS EM SEU CORPO DIRETIVO NO BRASIL
- LUCRO DA VOLKSWAGEN CAI 16% NO 2º TRIMESTRE

- NIPPON STEEL CORTA PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO EM 6% NO 3º TRI
- DÓLAR SOBE PELA 5ª SESSÃO COM TEMORES SOBRE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO BRASIL
- USIMINAS ADIA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DO 2º TRIMESTRE
- DAIMLER E RENAULT ESTIMAM PRODUZIR 230 MIL CARROS NO MÉXICO
- MONTADORA MAN CORTA EXPECTATIVA DE LUCRO APÓS PREJUÍZO
- ASSOCIAÇÃO DE AÇO DA CHINA DIZ QUE 43% DOS MEMBROS TIVERAM PREJUÍZO NO 1º SEMESTRE
- RECEITA LÍQUIDA DA FERBASA CRESCE 15,6% EM JUNHO
- CHINA DERRUBA PREÇOS DE METAIS E PETRÓLEO; MINÉRIO DE FERRO SOBE
- OBRAS DA LAND ROVER NA RETA FINAL
- INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS FECHA SEMESTRE COM ALTA DE 12,9%
- PLATIT BRASIL COMPLETA 10 ANOS E PROJETA EXPANSÃO
- GAMA MATRIZES INVESTE EM NOVA FÁBRICA EM CAXIAS
- BANDEIRA TARIFÁRIA DE AGOSTO DEVE CONTINUAR VERMELHA, DIZ DIRETOR DA ANEEL

CÂMBIO EM 29/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,330	3,330
Euro	3,670	3,672

Fonte: BACEN

Transparência e bom senso

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

As discussões sobre os pedágios no chamado Anel de Integração do Paraná voltaram à tona nas últimas semanas. E, como é de praxe nesse tema, novamente estão envoltas em uma série de polêmicas.

Inicialmente, é preciso esclarecer que o pedido de renovação do convênio que delega ao estado aproximadamente 1,8 mil quilômetros de rodovias federais não é consenso entre o setor produtivo paranaense. Menos consenso ainda é a possibilidade de ampliação dos atuais contratos vigentes.

O G7, grupo que reúne as sete principais entidades representativas do setor produtivo do estado, não fechou questão sobre o assunto. Isso não impede, porém, que cada uma das entidades manifeste sua opinião individualmente, de acordo com seus próprios entendimentos.

Temos hoje no Paraná um modelo de concessão extremamente nocivo aos usuários. No caso da Federação das Indústrias do Paraná, somos contra qualquer tipo de prorrogação em concessões que sigam o modelo adotado no Anel de Integração. Um modelo que, é bem verdade, foi deturpado por seguidas decisões políticas e disputas judiciais que elevaram excessivamente os valores do pedágio e desobrigaram as concessionárias de realizar uma série de obras previstas nos contratos iniciais.

Justamente por essas situações temos hoje no Paraná um modelo de concessão extremamente nocivo aos usuários, especialmente para o setor produtivo. Os altos preços das tarifas, somados à falta de investimentos para que as estradas suportem o aumento da demanda, têm um forte impacto nos custos das empresas paranaenses.

Em comparação com estados que adotam modelos de concessão mais racionais, nossa indústria sai em desvantagem por causa do alto gasto para o transporte de matérias primas e produtos acabados.

É possível dizer que, hoje, o pedágio é um dos fatores que mais comprometem a competitividade do nosso segmento – incluindo aí a grande indústria alimentícia paranaense, intimamente ligada à estupenda produção agropecuária do estado, que se espalha por todas as regiões de nosso território.

O forte impacto do pedágio nos custos talvez tenha sido o principal motivo que levou a diretoria da Fiep, em recente deliberação, a se posicionar contrária à prorrogação dos contratos atuais – processo que viria após a renovação das delegações das rodovias federais.

Mais do que isso, pesa contra uma eventual prorrogação a falta de transparência que sempre acompanhou as concessões atuais, desde que elas foram implantadas, em 1997.

Definições fundamentais para o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, especialmente a taxa interna de retorno (TIR) efetivamente praticada, nunca ficaram claras, assim como a indicação precisa das obras – e seus respectivos valores – sob responsabilidade de cada concessionária.

A eventual renovação dos atuais contratos pode não apenas consolidar esses problemas, como também impedir a adoção de outros modelos para a exploração de nossas rodovias, experimentados com mais sucesso no país nos últimos anos.

Mesmo contrária à renovação dos contratos, a Fiep está sempre disposta a colaborar com os debates sobre este tema. No início de julho, por iniciativa do ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, foi criado um grupo de trabalho para avaliar os números do modelo de concessão do Paraná.

Essa avaliação deve servir de base para uma decisão do governo federal sobre a renovação do convênio de delegação das rodovias. A Fiep vai integrar esse grupo, com a participação de um de seus vice-presidentes e dois técnicos da entidade.

Além de contribuir com subsídios, queremos levantar mais informações sobre as concessões e acompanhar de perto o andamento do processo. Queremos, acima de tudo, garantir que o tema seja discutido com a maior responsabilidade e bom senso possíveis, levando em conta o interesse de quem realmente importa nessa questão: o cidadão paranaense.

(Edson Campagnolo é presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná-Fiep).

Editorial: Dívida preocupante

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O governo federal tinha como meta obter superávit primário nas contas públicas de R\$ 66 bilhões em 2015, que é o saldo de caixa após o pagamento de todas as suas despesas, exceto os juros da dívida pública.

O superávit é a poupança requerida porque o governo tem dívida sobre a qual incidem juros que precisam ser pagos. Como o governo nunca reduz o principal da dívida, é necessário que pelo menos os juros sejam pagos – se não no todo, ao menos em parte –, como forma de evitar que a dívida siga aumentando perigosamente.

Para melhor compreensão desse fenômeno, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 está estimado em R\$ 5,6 trilhões e a dívida pública interna líquida atualmente já está em R\$ 2,8 trilhões – ou seja, 50% do PIB.

A dívida bruta (o total que o setor público deve) já passa dos 64% do PIB, e é sobre esta que o governo deve pagar juros. O total da arrecadação tributária do governo (municípios, estados e União) deve atingir R\$ 2,1 trilhões, pouco mais de 37% do PIB, do qual o governo previa ter superávit de R\$ 66 bilhões para pagar uma parte (em torno de um terço) dos juros da dívida. Se isso ocorresse, não pagando a totalidade dos juros, a dívida iria crescer perto de R\$ 150 bilhões, valor equivalente ao déficit público nominal final.

O Brasil vai pagar caro por não conseguir obter o superávit que havia prometido. Na semana passada, os ministros da Fazenda e do Planejamento anunciaram oficialmente a revisão da meta de superávit primário, fixando-o em apenas R\$ 6,5 bilhões.

É praticamente nada diante do tamanho do problema e da necessidade de evitar a explosão da dívida pública. O argumento principal do governo para o abandono da meta de superávit é a fraca arrecadação tributária decorrente da recessão econômica que o país vive.

Trata-se de confissão de que o governo não consegue reduzir gastos e preferiu assumir o que o mercado inteiro já sabia: não haverá superávit algum e a dívida pública vai seguir crescendo de forma perigosa.

Se fosse o Brasil um país em que a carga tributária estivesse no patamar de 25% do PIB, por exemplo, a saída seria a elevação dos impostos para fazer frente a esse momento difícil.

Mas a carga tributária brasileira era de 21% do PIB há 30 anos – quando José Sarney, primeiro presidente após o regime militar, assumiu a Presidência. De lá para cá, vem aumentando todos os anos e já passa dos 37% do PIB. É uma carga muito alta e a partir desse limite eventuais elevações tributárias começariam a corroer as bases da economia brasileira.

Outro ponto essencial embutido nessa questão é o financiamento da dívida pública. O governo consegue fazer dívida até o volume que a sociedade tenha de dinheiro para emprestar ao setor público.

Os bancos não criam dinheiro do nada e os recursos emprestados ao governo vêm dos depósitos feitos pelas pessoas e pelas empresas, os quais saem da renda nacional – que é apenas o outro lado do produto nacional – em forma de depósitos nos bancos e aplicações financeiras.

Eventualmente, o governo pode se financiar tomando dinheiro emprestado no exterior. Entretanto, dívida tomada em dólar tem de ser paga em dólar, moeda essa que ingressa no país pelas mãos do setor privado, via exportações.

São essas questões que a sociedade brasileira precisa entender para poder avaliar o grau de gravidade e do perigo imposto por um sistema público que não controla suas contas e persiste em déficits crônicos.

Assim como a carga tributária chegou ao seu limite, a dívida pública também, e estima-se que ela possa chegar a 70% do PIB ao fim do governo Dilma – essa, sim, uma herança maldita a ser jogada no colo do próximo governante. O Brasil vai pagar caro por não conseguir obter o superávit que havia prometido, a começar pelo aumento no grau de risco internacional e a consequente elevação da taxa de juros sobre os empréstimos obtidos no exterior.

A dívida consolidada do setor público é muito preocupante e esse deve ser o assunto central na discussão sobre a gestão das contas públicas nos próximos anos. O governo brasileiro abusou do direito de errar na política macroeconômica e tudo indica que legará um quadro geral pior que o herdado pelo PT quando chegou ao poder.

O débito maior pela piora rápida na situação deve ser lançado sobre Dilma Rousseff, que, por teimosia, resolveu não ouvir os especialistas e jogou no lixo as bases da política econômica iniciada no governo Fernando Henrique e mantida no primeiro governo Lula.

A história se repete

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Estamos diante da primeira grande negociação da OMC, depois de 18 anos. Essa negociação envolve a redução e, em alguns casos, a eliminação das tarifas de importação em aproximadamente 80 países. E estamos de fora dessa! De novo.

O atual presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica afirma categoricamente que nunca foi “de nosso interesse” participar desse acordo, uma vez que o mesmo ameaçaria a integridade de nossa indústria eletroeletrônica.

A última vez que isso aconteceu foi em 1984 – e seus efeitos estimados foram de 20 anos de atraso em todas as áreas da indústria nacional, da automobilística à indústria de brinquedos. E as intenções eram as melhores possíveis. Porque elas sempre são.

Tudo começou na ditadura, quando nossos militares quiseram construir seus próprios computadores para embarcá-los em suas fragatas. Por acharem que precisariam impedir as empresas de outros países de terem acesso aos nossos segredos militares (supostamente porque isso era algo que pudesse ameaçar nossa soberania nacional), nascia a ideia da reserva de mercado para fabricantes nacionais de tecnologia.

Essa ideia entrou em vigor no dia 29 de outubro de 1984, com a primeira Lei da Informática, a Lei Federal 7.232/84, que durou oito anos. Aos olhos de hoje, é muito fácil julgar o que houve naquela época, assim como é possível observar as consequências positivas e negativas.

Não somos mais insipientes como no passado. Hoje temos uma indústria mais preparada para o enfrentamento

De negativo, tínhamos, além do atraso de toda a nossa indústria, os valores dos equipamentos nacionais – até cinco vezes acima dos similares estrangeiros. Mas penso que o pior de todos os efeitos negativos foi a cultura da pirataria.

Porém, nem tudo foi tão ruim assim. Graças, em parte, a essa política de proteção temos hoje o mais moderno sistema financeiro do mundo, além de sermos o único país da América Latina a ter uma fabricação nacional de PCs. Digo “em parte” porque tem muita gente que fala que isso tudo aconteceu “apesar da lei” e não “por causa” dela.

O fato é que não somos mais insipientes como no passado. Hoje temos uma indústria mais preparada para o enfrentamento. Temos um sólido parque de hardwares e uma forte formação de profissionais capacitados a produzir soluções de softwares, de serviços e inovações. Não tenho dúvida de que nossa participação nesse acordo seria muito positiva por vários aspectos.

Curiosamente, já há algum tempo preparamos nossos alunos para essa realidade, citando incansavelmente que os concorrentes não estão aqui, mas sim do outro lado do planeta – e que devemos estar preparados para um mundo globalizado, onde a inovação pode ocorrer em qualquer lugar. A simples superação de nossos compatriotas não pode ser nossa meta. Devemos pensar em como superar os asiáticos, os norte-americanos, os europeus.

É no ambiente acadêmico que, historicamente, se fazem as grandes mudanças de paradigmas. Quem sabe um dia possamos olhar para o nosso passado e vermos o dia de hoje como uma oportunidade de, apesar de não sermos contemplados com o acordo da OMC, gerarmos inovações tecnológicas de ponta.

(Rafael Pereira Dubiela é coordenador do curso de Jogos Digitais do Centro Tecnológico (CT) Positivo).

Resíduos sólidos, sem solução

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A questão dos resíduos sólidos em Curitiba se tornou uma novela interminável. Em 17 de julho, foi publicado na **Gazeta do Povo** o aviso de credenciamento do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, para prestação de serviços de recebimento e destinação final dos resíduos, visando atender total ou parcialmente a demanda dos municípios consorciados.

Se formos analisar a história desses credenciamentos e licitações, será verificado que em 2010 foi lançado um credenciamento no qual empresas foram qualificadas para realizar o trabalho que finda em outubro deste ano, razão pela qual foi lançado um novo credenciamento, que mais uma vez não trouxe uma solução definitiva para o problema latente dos resíduos sólidos de Curitiba e região metropolitana.

Com essas atitudes, mostra-se claramente que Curitiba está na contramão de sistemas eficientes já implementados em algumas cidades brasileiras e em países desenvolvidos. No ano passado foi cancelada a licitação que estava em fase final, aguardando apenas firmar o contrato após as definições das ações judiciais.

A licitação previa o tratamento de resíduos urbanos e o aproveitamento dos resíduos tratados, como produção de composto (compostagem), aproveitamento da parcela reciclável e produção de insumo energético.

Curitiba está na contramão de sistemas eficientes já implementados em algumas cidades brasileiras e em países desenvolvidos

A cidade de Curitiba sempre foi vanguarda neste tema e hoje perde espaço com a demora na implantação de uma solução definitiva para os resíduos, vez que não vem atendendo à questão da disposição final dos resíduos prevista pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que busca a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, entendendo pela possibilidade de enviar rejeitos para aterros e não os resíduos, como tem sido realizado em Curitiba e região metropolitana.

As necessidades para o atendimento da lei são grandes e a cidade de Curitiba precisa buscar soluções rápidas por meio da implantação de tecnologias que encontrem soluções alternativas viáveis para destinação final em aterros sanitários.

O site da prefeitura de Curitiba anunciou a assinatura do contrato com o International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, para uma consultoria que indicará o melhor modelo de destinação dos resíduos sólidos urbanos a ser executado em Curitiba.

Com isso ficam as perguntas: Quanto tempo ainda demorará para a solução ser encontrada? Como saberemos que a solução encontrada é efetivamente eficiente? Como ficará a situação da região metropolitana?

Assim, continuamos aguardando para saber as medidas que serão tomadas dentro do previsto na Política Nacional de Resíduos e a sua implementação real.
(Flavia Thomaz Soccol é advogada.)

Grammer do Brasil é a primeira empresa a aderir ao Programa de Proteção ao Emprego

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Ministério do Trabalho informou que a Grammer do Brasil foi a primeira empresa a aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A empresa fez acordo coletivo com o sindicato da categoria e enviou pedido de adesão ao ministério, nesta terça-feira (28).

De acordo com a pasta, a Caterpillar, multinacional que fabrica máquinas, motores e veículos pesados e que tem uma das fábricas no Paraná, em Campo Largo, também vai participar do programa e já enviou registro do acordo negociado com os trabalhadores.

Criado por Medida Provisória (MP), o programa permite a redução de jornada e corte de até 30% dos salários, com contrapartida da União.

O governo se compromete a repor até a metade da perda salarial, limitado a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego (R\$ 900,84). A validade do programa é de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Banco de horas e férias

Além da exigência do acordo com o sindicato da categoria, as empresas precisam esgotar o banco de horas e férias coletivas para participar do programa. Serão beneficiadas os empregadores que mais demitiram nos últimos 12 meses, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério.

Para solicitar adesão, a empresa interessada precisa seguir algumas etapas, como registrar o acordo coletivo no Sistema Mediador do portal na internet do Ministério do Trabalho e preencher o Emprego e efetuar de solicitação de adesão ao programa, na página do Portal Mais Emprego.

Banco do Brasil prevê desembolsar R\$ 1,5 bi para microempreendedores em 2015

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O Banco do Brasil pretende desembolsar R\$ 1,5 bilhão em crédito para empreendedores informais e individuais e micro e pequenas empresas em 2015. Os recursos da linha de microcrédito do banco público podem ser usados como capital de giro e investimentos em pequenos negócios.

Em 2014, o BB liberou R\$ 2,1 bilhões em microcrédito, sendo 66% no segundo semestre. Neste ano, os desembolsos nos primeiros seis meses somaram R\$ 570 milhões, mas a expectativa é que, até dezembro, seja liberada parcela de mais R\$ 1 bilhão. Desde o lançamento da modalidade, em setembro de 2011, foram desembolsados R\$ 5 bilhões pelo BB a 1,6 milhão de pequenos negócios.

“Muitos aproveitam a crise para empreender”, afirma Asclepius Ramatiz Lopes Soares, diretor-geral da Unidade de Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável do BB. “O diferencial é a orientação que é dada ao tomador do crédito para que ele possa gerir melhor seu negócio”, complementa.

Essa linha faz parte do Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado, do governo federal, voltado a microempreendedores e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil por ano. No Brasil, o microcrédito ainda está concentrado nos bancos estatais e tem participação pequena no total de empréstimos e financiamentos.

Prospecção

Além da força dos pequenos negócios, mesmo em meio à crise por que passa a economia brasileira, o BB conta com a Movera, empresa especializada na oferta de microcrédito produtivo orientado, para bater a meta de R\$ 1,5 bilhão em desembolsos.

A Movera tem 70 agentes que prospectam novas oportunidades para o segmento nas regiões metropolitanas de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Pará, Paraíba, Maranhão e no Distrito Federal.

A taxa desse empréstimo é mais em conta (2,8% ao mês), há isenção de IOF e o empréstimo pode ser quitado em até um ano e meio. A linha tem baixo nível de calote, embora a maior parte dos tomadores tenha baixa renda.

GM investirá R\$ 6,5 bi para desenvolver seis modelos no Brasil

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A General Motors (GM) vai investir R\$ 6,5 bilhões no Brasil nos próximos anos para desenvolver uma linha com seis modelos de veículos Chevrolet no país.

O aporte faz parte do investimento global de US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 16 bilhões) da montadora, em parceria com a estatal chinesa Shanghai Automotive Industry Corp (SAIC), para desenvolvimento de carros globais destinados a quatro mercados emergentes: Índia, China, México e Brasil. Com o novo aporte, os investimentos da GM no Brasil até 2018 dobraram, alcançando R\$ 13 bilhões.

Sem dar muitos detalhes dos produtos, o presidente da GM América do Sul, Jaime Adila, afirmou que os R\$ 6,5 bilhões serão investidos no desenvolvimento de produtos, novas tecnologias, eficiência energética, suporte e testes. O valor virá dos cofres da filial da GM no Brasil.

Os novos veículos só começarão a ser produzidos em 2019. De acordo com o executivo, entre os seis modelos, haverá unidades que já eram fabricadas e serão relançadas e novos veículos que serão lançados. Todos os modelos terão a mesma plataforma tecnológica. "Com esse investimento, o Brasil se torna um dos mercados-chave para GM", destacou.

Novos modelos

De acordo com a General Motors, a nova família de veículos está sendo desenvolvida por um time multinacional de engenheiros e designers. A montadora ressaltou que os novos modelos serão destinados apenas a mercados emergentes, não havendo planos de exportá-los para mercados considerados "maduros", como os Estados Unidos.

No Brasil, os modelos deverão ser produzidos em apenas duas das três fábricas de veículos da marca no país: em Gravataí, no Rio Grande do Sul, e em São Caetano, em São Paulo. A planta de São José dos Campos, no Vale do Paraíba paulista, não produzirá os modelos da nova linha.

O presidente mundial da GM Company, Dan Ammann, destacou que a nova linha de veículos vem atender às mudanças significativas nas expectativas dos consumidores de mercados emergentes que aconteceram nos últimos dois anos.

"Nós acreditamos que, na próxima década, vão acontecer muitas mudanças em mercados emergentes. E nós queremos ter certeza que faremos investimentos nessas regiões", disse. Segundo ele, a expectativa é de que sejam vendidos cerca de 2 milhões de unidades desses novos modelos.

GM dobra plano de investimento no Brasil; valor chega a R\$ 13 bilhões

29/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Um ano após anunciar um investimento de R\$ 6,5 bilhões no Brasil, a General Motors dobra a aposta. A empresa confirmou nesta terça (28) que o investimento total no país entre 2014 e 2019 será de R\$ 13 bilhões, incluindo uma nova linha de produtos.

A nova parcela de R\$ 6,5 bi será destinada à concepção de uma família de veículos e corresponde a cerca de 35% do [total divulgado pela montadora para mercados emergentes](#).

O anúncio do investimento foi feito por Dan Ammann, presidente da GM, na sede da GM América do Sul, em São Paulo. Ele está no Brasil para uma série de reuniões com a diretoria da empresa.

O executivo disse acreditar na retomada do mercado nacional, que passa por um período de queda nas vendas e na produção, com recuo de 18,5% no primeiro semestre em comparação com igual período de 2014.

LANÇAMENTOS

Serão lançados seis novos produtos, todos compartilhando uma mesma plataforma. A GM não revelou quais serão os segmentos contemplados, mas é provável que os carros tenham porte compacto ou médio, incluindo um utilitário esportivo.

As fábricas de São Caetano do Sul (Grande São Paulo), Gravataí (PR) e Joinville (SC) receberão parte dos recursos para produção de veículos e componentes, mas a unidade de São José dos Campos (a 91 km de São Paulo) está fora dos novos planos.

"Temos sentido dificuldades em São José dos Campos, falta flexibilidade nas negociações trabalhistas", diz Jaime Ardila, presidente da General Motors América do Sul.

Diretor da Aneel contraria TCU e defende renovação das concessões das distribuidoras

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, defendeu nesta terça-feira (28), a renovação das 39 concessões de distribuição de eletricidade que vencem entre 2015 e 2017. Ele rebateu o relatório preliminar da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomenda que o governo licite novamente todos esses

contratos. "O relatório, que recomenda novos leilões, ainda precisará passar pelo aval do relator, ministro (José) Múcio, e a decisão ainda irá ao plenário do TCU. Na minha opinião, a solução encontrada pelo governo de renovar essas concessões é a mais adequada", disse Rufino.

Matéria de hoje do jornal *Valor Econômico* mostra que a área do TCU é contra a renovação de concessões de empresas que têm índices insatisfatórios de qualidade e de saúde financeira.

"Mas a proposta do governo não é de uma prorrogação incondicionada desses contratos. As empresas terão de cumprir metas nos próximos cinco anos sob a pena de perderem as concessões", rebateu Rufino. Os comentários foram realizados após a reunião semanal da diretoria colegiada do órgão regulador.

O diretor da Aneel citou, inclusive, casos recentes de distribuidoras que apresentavam índices insustentáveis de serviço e de caixa e, então, foram alvo de intervenções da agência, que culminaram com a transferência do controle acionário dessas concessões.

"As preocupações do TCU são válidas, mas o atual modelo já é capaz de lidar com esses problemas. No caso das distribuidoras do grupo Rede, o objetivo foi alcançado de forma mais direta e mais simples, sem a necessidade de novos leilões", acrescentou.

Por fim, Rufino argumentou que o atual momento econômico e do setor elétrico praticamente inviabiliza a realização de novas licitações para 39 empresas de distribuição.

"O atual cenário econômico do setor elétrico não é o melhor momento para licitar um volume tão grande de concessões. Na verdade, nenhum momento seria bom para se licitar tantos contratos de uma vez. O que estamos buscando é uma solução para essa indesejada coincidência de datas", concluiu.

Standard & Poor's revisa perspectiva de nota do Brasil de estável para negativa

29/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A agência de classificação de risco Standard & Poor's avalia que os riscos para o rebaixamento da nota de crédito do Brasil aumentaram desde a última revisão do rating, anunciada em 23 de março. A declaração está no relatório em que a S&P revisou a perspectiva do rating BBB- do Brasil de estável para negativa.

"Nós revisamos a perspectiva para negativa porque acreditamos que, apesar das mudanças de política atualmente em curso, que continuamos a acreditar que têm o apoio da presidente, os riscos para sua execução subiram. Em nossa visão, esses riscos derivam das frentes política e econômica", diz a agência.

Segundo a S&P, as investigações em curso do esquema de corrupção na Petrobras contra pessoas físicas e jurídicas de alto perfil – tanto do setor público quanto privado – levou a um aumento da incerteza política no curto prazo. "Estas investigações independentes são

uma prova da estrutura institucional no Brasil, o que contrasta com a de outras economias emergentes”, pondera a agência.

A notícia é uma derrota para o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que tentava evitar avaliações negativas das agências de classificação de risco durante a implementação do ajuste fiscal e reconquistar a confiança dos investidores.

Jucá diz que é 'positivo' a S&P não ter rebaixado a nota do Brasil

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou nesta terça-feira (28) considerar um “fato positivo” a agência de classificação de risco Standard & Poor’s não ter rebaixado diretamente a nota do Brasil. Para o peemedebista, a decisão da S&P é mais um aviso, uma leitura do mercado que precisa ser levado em conta. Ele disse que é preciso que o governo proponha medidas estruturantes para estimular a economia do país.

“Cabe ao Executivo inverter o rumo dessa marcha que vai levar o país à bancarrota”, disse Jucá, que é economista, foi relator do Orçamento de 2015 e tem sido um dos parlamentares com maior trânsito com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no Congresso.

O senador do PMDB classificou as medidas do ajuste fiscal propostas pelo governo até o momento de paliativas. Ele disse que o governo tem de propor medidas para reanimar a economia de médio prazos, atuar na contenção de gastos públicos e do custeio da máquina, conforme a cúpula peemedebista tem defendido.

Segundo Jucá, a decisão do governo, anunciada na semana passada, de contingenciar cerca de R\$ 9 bilhões é mais um “detalhe, uma manobra marginal, no sentido de pequena”. Para ele, o problema não é cortar, é fazer uma reestruturação da gestão pública. “Chegou a hora de racionalizar, não dá para gastar”, cobrou.

Impasse político

A S&P também vê, no curto prazo, uma diminuição da coesão política no Congresso, o que pode causar um risco material para um eventual rebaixamento por causa da possibilidade de gerar “políticas ineficazes”.

A agência lembra ainda que a dinâmica complexa entre o PT e o PMDB, que havia diminuído sob a coordenação política do vice-presidente Michel Temer, reapareceu. “Isso gera a perspectiva de apoio no Congresso um pouco menos consistente para aprovar as medidas necessárias de ajuste fiscal, até mesmo um pouco diluído, em comparação com o que já tínhamos observado e esperado no início deste ano”, afirma.

A S&P destaca ainda os desafios enfrentados pela presidente Dilma Rousseff para angariar apoio para a “correção de rumo na política” e uma “reviravolta na economia”. A agência diz ainda que não trabalha com um cenário base de impeachment de Dilma.

Outras agências

A S&P foi a primeira a conceder o grau de investimento ao país, no final de abril de 2008. Essa avaliação é uma espécie de selo de bom pagador.

Na demais agências de classificação de risco, a nota brasileira ainda está dois degraus acima do nível especulativo, mas também ganhou perspectiva negativa. Na Fitch, a nota brasileira é BBB e a perspectiva foi rebaixada de estável para negativa no mês de abril passado.

“Embora o governo tenha começado um processo de ajuste macroeconômico para impulsionar a confiança e credibilidade política, riscos negativos relacionados à sua efetiva

implementação e duração persistem, especialmente no contexto de uma economia e ambiente político desafiadores”, disse.

No último dia 23, a Fitch informou que irá reavaliar as tendências fiscais do Brasil após o governo cortar a meta de superávit primário (a economia feita para pagar juros da dívida) de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) para 0,15%.

Já a Moody's rebaixou de estável para negativa a perspectiva da nota brasileira às vésperas da eleição presidencial do ano passado. Neste mês, técnicos da agência estiveram reunidos com o governo avaliando os números da economia.

Segundo especialistas, a expectativa é que a Moody's rebaixe a nota brasileira em um degrau, de Baa2 para Baa3, ainda considerada grau de investimento. A dúvida do mercado é se a perspectiva será mantida negativa ou mudada para estável.

Para FMI, situação do Brasil preocupa, mas expectativa é por medidas de ajuste

A situação econômica do Brasil preocupa, afirmou nesta terça-feira (28) o número dois do Fundo Monetário Internacional (FMI), o vice-diretor executivo, David Lipton, em uma entrevista à jornalistas em Washington. Mas a instituição está “esperançosa” de que as medidas de ajuste tanto na política fiscal como na monetária restaurem a confiança dos empresários e consumidores brasileiros e abra o caminho para a volta do crescimento.

“De modo geral, nós estamos preocupados com situação econômica no Brasil e o dilema que o país enfrenta de um crescimento em desaceleração e a necessidade de ajustar a política monetária e orçamentária”, disse Lipton ao ser questionado sobre o país na entrevista. Ele frisou que o déficit fiscal é “muito alto” e a política monetária tem que lidar com uma inflação “muito elevada”.

“Mas estamos esperançosos de que ações nesses dois ‘fronts’ darão apoio ao crescimento e à confiança”, disse. No início do mês o FMI voltou a reduzir a previsão de expansão do Brasil, prevendo contração de 1,5% em 2015, ante expectativa de queda de 1% em um relatório divulgado em abril durante a reunião de Primavera da instituição.

Questionado sobre a situação das contas externas brasileiras, Lipton preferiu não comentar este ponto, destacando que as conclusões estão em um relatório divulgado nesta terça-feira, “que fala por si mesmo”.

O documento avalia a situação externa da economia mundial e tem tópicos específicos para os principais países e a zona do euro. Sobre o Brasil, o documento menciona que a situação externa do país está “mais fraca do que o nível consistente” com os fundamentos de médio prazo e o conjunto de políticas desejáveis.

Exportações

Para 2015, a expectativa do FMI é que a posição externa do país se fortaleça “de alguma forma”. Ao mesmo tempo, a queda dos preços das commodities no mercado internacional pode afetar o valor das exportações do país, ou seja, as contas externas continuam vulneráveis a novas oscilações dos preços. O relatório estima que a baixa das cotações pode reduzir o valor das exportações brasileiras em mais de 1% do PIB em 2015, de acordo com o relatório.

No documento, os técnicos do FMI destacam que o déficit em conta corrente do Brasil, que ficou em 4,5% do PIB em 2014, está acima do que é desejável quando se consideram os fundamentos de médio prazo. Pela estimativa do relatório, este déficit ideal seria entre 0,5% a 2% do PIB, considerando o cálculo com ajustes cíclicos.

O FMI destaca que o déficit em conta corrente aumentou no ano passado por causa de uma série de fatores, que incluem seca, piora dos termos de troca e a crise na Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do país. Assim, mesmo com a fraca demanda interna, por causa da atividade econômica crescendo pouco, e da forte desvalorização do real, o déficit aumentou.

É estrutural

29/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O ano 2014 foi horrível. Nele prevaleceu a "vontade" da reeleição a qualquer custo. Ela era necessária para fechar o ciclo de uma geração de domínio do Partido dos Trabalhadores, do qual emergiria, definitivamente, o "nosso Brasil", como diz o seu presidente.

A "vontade política" preteriu, assim, as mínimas condições impostas pelas restrições físicas que mantêm um razoável equilíbrio econômico. Tivemos: um deficit fiscal de 6,2% do PIB (contra 3,1% em 2013); uma taxa de inflação de 6,4%, mas que escondeu os efeitos de preços controlados da ordem de 3% a 4%; a relação Dívida Bruta/ PIB aumentou em 6% do PIB; um deficit em conta corrente de US\$ 104 bilhões (4,4% do PIB) e, por fim, uma queda de 0,7% do PIB per capita.

Permanecendo no poder, o PT acreditava que teria tempo de sobra para dar a "volta por cima" e preparar-se para ganhar as eleições de 2018.

As provas materiais dessa hipótese são um relatório interno de 2013, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que já apontava que a velocidade de crescimento das despesas primárias do governo era maior do que a da receita, que vinha sendo coberta com receitas atípicas, isto é, não recorrentes. Chamava a atenção para a sua aleatoriedade.

Outro relatório interno da mesma origem, de 2014, propunha "exatamente" as medidas corretivas iniciais do "ajuste" fiscal que o Governo só enviou ao Congresso depois de reeleito. O Ministério da Fazenda imolou-se no altar da fúria de poder do PT. Inventou a "nova matriz econômica" para dar cobertura à irresponsabilidade política. Como me ensinou meu velho avô, "quando alguém erra três vezes na mesma direção, preste atenção, porque provavelmente ele está acertando"...

Houve uma trágica subestimação dos efeitos deletérios dessa estratégia. Na tentativa de corrigir o estrago eleitoral a presidente impôs-se uma conversão comparável à de São Paulo na estrada de Damasco. Teria funcionado se ela não tivesse, ao mesmo tempo, perdido a confiança dos seus eleitores, o que tornou pior o que já estava ruim. Somou à crise econômica uma crise política, como é frequente quando o Executivo perde o seu protagonismo.

O problema é que agora o furo é mais embaixo. No nível federal, o diferencial de crescimento entre a receita primária (que depende fundamentalmente do crescimento do PIB) e a despesa primária (que cresce endogenamente pelos "direitos adquiridos" pelos beneficiários do poder), chegou onde todos sabiam que iria chegar: a um deficit estrutural.

Seu conserto exigirá muito mais do que um "ajuste" conjuntural.
(Antônio Delfim Neto)

Pelo bem do SUS, governo quer derrubar PEC que obriga patrão a pagar plano de saúde a empregado

29/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Ministro da Saúde, Arthur Chioro, disse hoje (28) que o governo vai se esforçar ao máximo para derrubar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 451. Segundo ele, o texto favorece interesses econômicos contrários aos da maioria da sociedade brasileira.

A PEC, que obriga empregadores a pagar planos de saúde a todos os empregados, é de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e está na Comissão de Constituição e Justiça.

“Nós lutaremos como toda força para que a PEC 451, que faz um verdadeiro retrocesso em relação às conquistas que nós tivemos, ao afirmar que a saúde é um direito de todos e dever do Estado”, disse Chioro, durante a abertura do 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, ontem (28).

Ele ressaltou que o governo vai mobilizar todas as forças para que a proposta não passe na Câmara.

O projeto de Cunha altera o Artigo 7º da Constituição Federal, **obrigando os empregadores a pagar planos de saúde privados a todos funcionários, urbanos, rurais, domésticos ou não**. Para justificar a proposta, o autor usa o artigo da constituição que diz que a saúde é direito de todos.

Para Chioro, mesmo que o Artigo 196 da Constituição continue determinando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a aprovação do projeto leva a população a “perder a conquista que significou o sistema universal de saúde”.

O diretor da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Luis Eugenio de Souza, lembrou que, antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), quem tinha emprego formal pagava a Previdência e tinha direito à assistência pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps).

“Quem não tinha trabalho formal usava o sistema filantrópico, outras alternativas. Os SUS acabou com isso.”

“[Com a proposta], acaba o SUS”, concluiu Jarbas Barbosa, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que foi por cerca de oito anos secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

A PEC 451 foi um dos temas em discussão no Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, conhecido como Abrascão, que ocorre em Goiânia até o próximo sábado (1º).

O debate é promovido a cada três anos e sedia a assembleia geral da Abrasco.

Financiamento do SUS, humanização dos partos, o Programa Mais Médicos e saúde do idoso estão entre os assuntos a serem abordados.

Este ano a Universidade Federal de Goiás (UFG) recebe o evento. O Abrascão reúne pesquisadores brasileiros e estrangeiros e autoridades em atividades sobre diversos temas, propostas e acontecimentos relacionados à saúde, ciência, tecnologia e inovação, educação e sociedade.

Federal-Mogul tem alta nas vendas da divisão Motorparts

29/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

A **Federal-Mogul**, que produz pastilhas, lonas, sapatas, fluidos e lubrificantes para sistemas de freio, anotou evolução de 4,6% nas vendas da divisão **Motorparts** no primeiro semestre de 2015 na comparação com igual intervalo do ano passado.

A alta foi puxada pelas exportações, que cresceram 31% com a desvalorização do real em relação ao dólar.

No aftermarket os negócios avançaram 9,9%. Os bons resultados compensaram a queda expressiva do fornecimento às montadoras, de 28%.

A companhia destaca que o resultado reflete ações adotadas para atrair a demanda, como o lançamento de novos produtos e a chegada no mercado de reposição de produtos que eram oferecidos apenas às fabricantes de veículos, como a nova linha de pastilhas de freio Stop e produtos das marcas Ferodo e Jurid, da linha premium.

PSA Peugeot Citroën terá novo diretor de compras para AL

29/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A PSA Peugeot Citroën terá novo diretor de compras para a América Latina: Carlos Vischi assume o cargo em 1º de agosto, no lugar de German Mairano, que voltará para a unidade do grupo na Argentina.

Em sua nova função, Vischi se reportará diretamente a Carlos Gomes, presidente da companhia para o Brasil e América Latina.

“Espero que minha experiência nesta área possa contribuir com os objetivos do grupo PSA na América Latina. Temos a meta de atingir 85% nos níveis de integração local nos próximos três anos na região e a parceria com nossos fornecedores continuará fundamental para percorrermos este caminho com qualidade e eficiência”, declarou Vischi em nota.

Formado em Matemática, com especialização de Empresas, o executivo acumula mais de 30 anos de experiência em várias empresas, sendo 16 deles na PSA Peugeot Citroën, onde está desde 1999.

Além disso, atuou na área de compras do Grupo PSA por quatro anos na França.

Ceva Logistics anuncia mudanças em seu corpo diretivo no Brasil

29/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A Ceva Logistics anuncia a contratação de três executivos: Rogério Balestero passa a ocupar o cargo de RDM, route development manager IntraLatam, no qual será responsável pelo desenvolvimento de novos negócios na região da América Latina, em conjunto com as equipes de vendas de cada país, para os modais aéreo e marítimo.

Graduado em Logística e Serviços pela PUC, Balestero acumula 26 anos de experiência no segmento, ao passar por empresas como DHL, Panalpina e Geodis Wilson. Possui também graduação em Administração de Empresas e MBA Executivo em Negócios pela Universidade Norte do Paraná.

A empresa também nomeou Fabio Maia como diretor nacional de vendas no Brasil, no lugar de Andrea Oliveira, designado como RDM da Ceva Logistics em Houston, nos Estados Unidos.

Na empresa há 14 anos, o executivo já ocupou os cargos de supervisor de transportes internacionais, vendedor, gerente de contas globais e gerente de vendas. Ele responderá pela construção e manutenção da gestão comercial de FM e na prospecção de clientes nos modais de transporte marítimo, aéreo, terrestre e desembarço aduaneiro.

Formado em Administração de Empresas com ênfase em Comércio Exterior pela Unip, Maia possui também graduação em Logística Integrada pela Uniban e pós-graduação em Logística Empresarial pelo IMAM.

Por sua vez, César Pereira é anunciado como novo diretor de projetos de cargas para o Brasil. No cargo, ele será responsável pela venda, desenvolvimento, supervisão e direção das implementações de novas operações de projetos de carga de freight management para clientes existentes e novos, cobrindo todos os setores onde a Ceva atua.

Graduado em Economia, Pereira tem 30 anos de trajetória na área comercial, com foco em transportes internacionais dos setores aéreo e marítimo. Ele passou por empresas como Roll-Logistics, Deugro Brasil Fracht do Brasil, além de UTC, Alspac e Estrada.

Faltam explicações para a redução da velocidade nas marginais

29/07/2015 - Fonte: Automotive Business

Diz o velho ditado que a diferença entre o veneno e o remédio é só a dose. Isso talvez possa explicar a decisão tão impopular da Prefeitura de São Paulo sobre as velocidades máximas no complexo de vias expressas conhecidas como Marginais dos rios Tietê e Pinheiros. No total, são 46 quilômetros, que em alguns trechos chegam a ter 10 faixas de rolamento, em cada sentido.

Os limites anteriores de 90 km/h, 70 km/h e 60 km/h para as pistas expressas, centrais e locais, respectivamente, eram viáveis e seguros. Os limites caíram para 70 km/h, 60

km/h e 50 km/h. Aí vêm as justificativas de 73 mortos por ano em acidentes somadas as duas vias, mas faltaram explicações essenciais.

Nos EUA, os índices de acidentes fatais são obtidos pela divisão do número de mortes pela multiplicação da frota e distância percorrida. Essa é a forma mais correta de calcular a letalidade de uma via.

Estudos da CET estimam o tráfego de cerca de 800 mil veículos/dia nas duas marginais. Então a primeira pergunta que a Prefeitura ainda não respondeu: qual é o índice de letalidade calculado da forma correta, mesmo aproximado, em comparação a outras vias no Brasil e no exterior?

Para se ter ideia, a ONU estima que 1,2 milhão de pessoas morrem todos os anos ao redor do mundo em acidentes de trânsito, incluídas ruas e estradas. Será que o índice é menor ou maior do que, por exemplo, o da avenida Brasil ou das linhas urbanas expressas da capital do Rio de Janeiro, onde o limite de velocidade é maior que em São Paulo?

Também fica difícil entender o que levaria um pedestre em São Paulo a atravessar as pistas expressas, pois do outro lado só existe um rio poluído. No entanto, vários ambulantes circulam entres os carros e não são retirados pela polícia.

Muitas teses

Declarações atabalhoadas igualmente não ajudam. Porta-vozes da Prefeitura explicam que um carro a 90 km/h precisa de 140 metros até parar totalmente, já incluído o tempo de reação do motorista, estimado em 2 segundos.

Publicações que fazem testes mostram que automóveis atuais (não os de 80 anos atrás) precisam de apenas 40 metros em média, mais 50 metros para um teórico tempo de reação. Assim, os números divulgados são 55% maiores que os reais.

Outra tese aponta que, em velocidades menores, os veículos tendem a rodar mais próximos uns dos outros e "isso equivaleria a aumentar o fluxo". Mas a capacidade de escoamento deve ser levada em conta.

É muito comum uma via congestionar até vir a explicação: carros parados no acostamento em decorrência de um acidente, por exemplo, fazem os outros motoristas diminuir a velocidade pela curiosidade natural. O congestionamento aumenta e não diminui.

Intervenção exagerada

Recentemente, o prefeito Fernando Haddad afirmou em uma entrevista que tudo não passa de uma "experiência" e que poderia reverter a medida. Ou seja, não há certeza da necessidade da redução. Centenas de placas teriam que ser trocadas de novo, por exemplo.

Há os que desconfiam, mais uma vez, da "indústria de multas". Os 55 radares nas duas vias marginais aplicam 2 mil multas por dia. É tanto dinheiro que se incorporou ao orçamento geral da cidade.

E como a imensa maioria de outras administrações públicas, a de São Paulo deixa de aplicar o total arrecadado em melhoramento viário e educação de trânsito, conforme manda a Lei. Em outras palavras precisamos fiscalizar os fiscais e isso não vem de hoje.

Essa dose de intervencionismo é exagerada, desnecessária e deveria ser revertida pela Justiça ou espontaneamente sob tantas críticas.

Trata-se de pura mentalidade anticarro para desespero do doente, que tem medo de envenenamento em vez de ser curado ou pelo menos bem medicado.

Lucro da Volkswagen cai 16% no 2º trimestre

29/07/2015 - Fonte: Época Negócios



A Volkswagen anunciou hoje (28/07) que seu lucro líquido caiu 16% no segundo trimestre deste ano ante igual período de 2014, a 2,67 bilhões de euros (US\$ 2,95 bilhões). O resultado, que foi atribuído ao fraco desempenho da montadora alemã na China e a despesas de reestruturação, ficou abaixo da expectativa dos analistas, que previam ganho de 3 bilhões de euros. Por volta das 8h20 (de Brasília), as ações da Volkswagen caíram mais de 3% na Bolsa de Frankfurt.

As joint ventures na China contribuíram com 1,1 bilhão de euros para o lucro operacional da Volkswagen no trimestre, ante 1,4 bilhão de euros no mesmo intervalo do ano passado, segundo cálculos do Wall Street Journal baseados em dados do primeiro semestre e primeiro trimestre.

A empresa não divulgou números do segundo trimestre referentes a contribuições de joint ventures. Excluídas essas parcerias, o lucro operacional da Volkswagen cresceu 4,9% ante um ano antes, a 3,49 bilhões de euros.

A receita, que também desconsidera as joint ventures chinesas, subiu 9,9%, a 56,04 bilhões de euros, favorecida por efeitos cambiais e uma parcela maior de vendas de veículos mais caros.

A Volkswagen entregou 2,4 milhões de automóveis no segundo trimestre, 2,8% menos que no mesmo período do ano passado, com uma queda de 9,5% na China, a 842.868 unidades, ofuscando ganhos da empresa na Europa e em outras regiões. No primeiro semestre, a Volkswagen ultrapassou a japonesa Toyota como maior montadora mundial em vendas.

Nippon Steel corta produção de aço bruto em 6% no 3º tri

29/07/2015 - Fonte: Automotive Business

A Nippon Steel & Sumitomo Metal Corp, maior siderúrgica japonesa, planeja cortar a produção de aço bruto entre julho e setembro em 690 mil toneladas, ou 6 por cento em comparação com o ano passado, em estratégia para reduzir estoques. A queda para 10,9

milhões de toneladas deve ocorrer em linha com os 6,1 por cento de previsão de queda do ministério da Indústria do Japão da produção de aço bruto do país para o período, e pode levar a empresa à produção mais baixa em seis anos para um terceiro trimestre.

A Nippon Steel já havia cortado em quase 9 por cento a produção para o trimestre de abril a junho.

"O ajuste nos estoques está demorando mais do que o esperado. Mas ainda assim terminará no verão", disse o vice-presidente executivo da siderúrgica, Katsuhiko Ota, a jornalistas nesta quarta-feira.

Dólar sobe pela 5ª sessão com temores sobre classificação de risco do Brasil

29/07/2015 - Fonte: Reuters



O dólar fechou em alta pela quinta sessão consecutiva nesta terça-feira, depois que a Standard & Poor's sinalizou que o país pode perder o grau de investimento, mas o avanço foi limitado porque investidores ponderaram que a deterioração da nota do país já estava parcialmente embutida nos preços.

O dólar avançou 0,15 por cento, a 3,3690 reais na venda. Na máxima da sessão, a moeda norte-americana avançou 2 por cento e atingiu 3,4353 reais, maior nível intradia desde 21 de março de 2003 (3,4600 reais). Nas últimas cinco sessões, incluindo essa, a divisa já acumulou alta de 6,17 por cento.

"O mercado estava esperando algo semelhante. A surpresa é que veio da S&P, e não da Moody's", afirmou o economista da 4Cast Pedro Tuesta, lembrando que a Moody's está prestes a avaliar a nota do país novamente.

Tuesta argumentou ainda que a alta do dólar perdeu força à tarde após a analista da S&P Lisa Schineller dizer que espera que o cenário fiscal melhore e que o país evitará o rebaixamento. "Não sei por que pioraram a perspectiva, então", afirmou o economista.

A agência, que já tem a nota do Brasil no último degrau antes de perder o grau de investimento, argumentou que sua decisão vem da série de investigações de corrupção envolvendo empresas e políticos, que pesam cada vez mais sobre os cenários econômico e fiscal brasileiros. Informou ainda que o país enfrenta circunstâncias políticas e econômicas desafiadoras.

Investidores já vinham demonstrado preocupação com a possibilidade de o Brasil perder seu grau de investimento, após cortes nas metas fiscais do governo deste e dos próximos anos surpreenderem e decepcionarem os mercados financeiros.

O cenário político conturbado também pesa neste momento, em que o governo depende muito do Congresso --em pé de guerra com o Executivo-- para aprovar as medidas de ajustes fiscais. Nesta manhã, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, voltou a afirmar que fará todos os esforços junto ao Legislativo "para garantir a previsibilidade fiscal".

O atual momento do mercado de câmbio também fez investidores redobram a atenção sobre a intervenção do Banco Central, já que a valorização da moeda norte-americana tende a pressionar a inflação ao encarecer importados. O sinal mais imediato será o anúncio da rolagem dos swaps cambiais que vencem em setembro, equivalentes a venda futura de dólares.

Nos últimos meses, o BC tem feito rolagens parciais e caminha para repor cerca de 60 por cento do lote de agosto, equivalente a 10,675 bilhões de dólares. Operadores têm afirmado que, se mantiver essa proporção para o lote de setembro, o BC sinalizaria que está confortável com o avanço da moeda norte-americana.

Durante o final da tarde, especulações sobre a possibilidade de o BC sinalizar a rolagem integral do lote de setembro, correspondente a 10,027 bilhões de dólares, ajudaram a diminuir os ganhos. "Quando o mercado fica nervoso, qualquer conversa faz preço. Hoje, o papo foi sobre a rolagem", disse o operador de uma corretora nacional, sob condição de anonimato.

Nesta manhã, o BC vendeu a oferta total no leilão de rolagem de swaps cambiais de agosto. Com isso, já rolou o equivalente a 5,684 bilhões de dólares, ou cerca de 53 por cento do lote que vence no mês que vem, que corresponde a 10,675 bilhões de dólares.

Outro fator importante para os próximos passos do dólar é a reunião do Federal Reserve, banco central norte-americano, que termina na quarta-feira. Sinalizações de que o Fed caminha para elevar os juros ainda neste ano podem servir de gatilho para a moeda norte-americana dar mais um salto, afirmaram operadores, uma vez que pode atrair para a maior economia do mundo recursos aplicados no Brasil.

Usiminas adia divulgação de resultados do 2º trimestre

29/07/2015 - Fonte: Reuters



A Usiminas adiou a divulgação dos resultados no segundo trimestre, antes previstos para 30 de julho, para data ainda a ser divulgada, informou a empresa nesta terça-feira.

"Em função da alta volatilidade dos preços de minério de ferro no mercado internacional, a administração da companhia decidiu reavaliar os testes de impairment da Mineração Usiminas, o que pode vir a impactar os resultados da companhia", disse a Usiminas em comunicado.

Procurada, a empresa não deu mais detalhes sobre o assunto. Esta é a segunda vez este ano que a Usiminas adia a publicação dos números trimestrais sem informar nova data de divulgação.

Em fevereiro, a empresa decidiu não publicar o balanço de 2014 em meio à guerra travada entre seus acionistas controladores, Ternium e Nippon Steel, pelo comando da maior produtora de aços planos do Brasil.

Os preços do minério de ferro acumulam queda de cerca de 27 por cento desde o início do ano, indo de 71,2 dólares a tonelada no fim de 2014 para 52,2 dólares nesta terça-feira, segundo o índice do mercado à vista na China.

A queda nos preços, causada por receios de excesso de oferta diante da desaceleração da economia chinesa, maior consumidora da commodity, também fez a Gerdau desistir de plano de criar uma unidade de mineração separada, optando este mês por anunciar a incorporação das atividades de produção de minério de ferro às operações no Brasil.

No primeiro trimestre, a área de mineração da Usiminas respondeu por geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 43 milhões de reais, ante um Ebitda consolidado da companhia de 380 milhões.

Pela regra vigente, companhias de capital aberto têm prazo de 45 dias para divulgarem seus números após o término de cada trimestre, com isso, a Usiminas tem até 14 de agosto para apresentar seu resultado.

A ação preferencial da Usiminas deu um salto de 8,3 por cento na Bovespa nesta terça-feira, enquanto o Ibovespa subiu 1,78 por cento.

Daimler e Renault estimam produzir 230 mil carros no México

29/07/2015 - Fonte: Exame



Daimler e Renault disseram que sua nova fábrica de carros da Mercedes-Benz e Infiniti em Aguascalientes, no México, vai empregar cerca de 3.600 funcionários e ter uma capacidade de produção inicial de mais de 230 mil veículos.

A produção dos veículos Infiniti começará em 2017 com os primeiros veículos da Mercedes-Benz programados para sair da linha de produção em 2018, disse a Daimler em declaração.

Dependendo do mercado e demanda dos consumidores, há potencial para adicionar mais capacidade, disse a empresa.

A Daimler e a Nissan anunciaram em junho de 2014 que iriam compartilhar custos do desenvolvimento de pequenas marcas de carro premium, incluindo planos para empregar mais de 5.700 funcionários e uma capacidade anual de produção de 300 mil veículos na fábrica mexicana quando a capacidade total for alcançada em 2021.

Daimler e Nissan também produzirão a próxima geração de carros compactos premium em outros locais de produção, incluindo Europa e China, disse a Daimler.

Montadora MAN corta expectativa de lucro após prejuízo

29/07/2015 - Fonte: Exame



A fabricante alemã de caminhões MAN cortou suas expectativas de lucro e vendas para este ano, depois de divulgar prejuízo para o segundo trimestre devido a custos de reestruturação e a queda na demanda no Brasil.

A montadora, subsidiária da Volkswagen, anunciou no mês passado planos para cortar 1.800 empregos em sua principal divisão de caminhões na Europa como parte dos esforços da controladora de enxugar a unidade e reanimar o lucro.

A MAN está mais exposta do que as rivais Daimler e Volvo aos problemas no Brasil, onde tem sido líder de mercado para caminhões com mais de 5 toneladas métricas por mais de uma década, pois não tem presença no crescente mercado norte-americano.

O grupo anunciou nesta terça-feira que registrou prejuízo trimestral de 19 milhões de euros uma vez que custos de 170 milhões de euros para reorganizar a produção de caminhões prejudicou os resultados.

"Não é uma tarefa fácil iniciar medidas fundamentais e intensivas de custos para proteger o crescimento futuro em tempos economicamente difíceis", disse o presidente-executivo, Georg Pachta-Reyhofen.

O lucro operacional para o ano inteiro no grupo será "impactado significativamente" por custos de reestruturação, enquanto as vendas vão cair ligeiramente abaixo dos níveis do ano passado, afirmou a MAN, sendo que havia projetado antes lucro e vendas estáveis.

Associação de aço da china diz que 43% dos membros tiveram prejuízo no 1º semestre

29/07/2015 - Fonte: InfoMoney

A Associação de Aço e Ferro da China (Cisa, na sigla em inglês), disse que 43 por cento de seus membros tiveram prejuízos no primeiro semestre, com o setor como enfrentando dificuldades com a queda na demanda e os preços nas mínimas de 20 anos.

Em comunicado, a Cisa disse que seus membros tiveram lucro total de 1,64 bilhão de iuanes (264 milhões de dólares) de janeiro a junho, enquanto as unidades principais de aço sofreram prejuízos agregados de 21,68 bilhões de iuanes no período.

"A demanda insuficiente continua sendo a principal dificuldade diante do setor", disse a Cisa, culpando o crescimento lento em setores com uso intensivo de aço, como maquinário, automóveis e construção naval.

A associação disse que a produção total de aço na China provavelmente atingiu seu pico no ano passado, impulsionada por exportações em máximas recordes, com o consumo doméstico na verdade atingindo o maior patamar em 2013.

A produção na China alcançou 409,97 milhões de toneladas no semestre, queda de 1,3 por cento na comparação anual.

A Cisa, que representa cerca de 100 siderúrgicas grandes e médias, disse que as empresas enfrentam ainda mais risco neste segundo semestre, com muitas provavelmente vendo mais prejuízos como resultado de restrições de crédito e pressões para quitarem dívidas existentes.

Receita líquida da Ferbasa cresce 15,6% em junho

29/07/2015 - Fonte: InfoMoney

A Ferbasa registrou receita líquida de R\$ 87,6 milhões em junho de 2015, incremento de 15,6% na comparação com o mesmo mês do último ano. Mesmo com a redução de 7,2% no volume vendido, o resultado foi impulsionado pela apreciação do dólar médio praticado na precificação dos contratos de ferroligas.

As vendas da Ferbasa em junho somaram 12.477 toneladas de FeCrAC, 1.461 toneladas de FeCrBC e 5.377 toneladas de FeSi75, respectivamente quedas de -0,6%, -5% e -20,1% em relação ao mesmo período de 2014.

No dia 23 de junho, através de fato relevante, a empresa informou sobre a MP 677, publicada no Diário Oficial da União, que, entre outros assuntos, prorrogou até 08 de fevereiro de 2037 os contratos de fornecimento de energia elétrica da Chesf com as indústrias de base do Nordeste. A partir de 1 de julho, a Ferbasa passou a operar em conformidade com as condições determinadas pela MP.

China derruba preços de metais e petróleo; minério de ferro sobe

29/07/2015 - Fonte: InfoMoney

A queda das bolsas chinesas se aprofundou e com ela os metais não ferrosos e os petróleos estenderam as perdas do mês no pregão desta segunda-feira, em meio à fuga dos investidores de ativos ligados ao gigante asiático. Na contramão, o minério de ferro subiu mais uma vez.

Além da piora do mercado de ações, analistas acreditam que a aversão ao risco piorou com dados macroeconômicos da China que não empolgaram, além da alta do dólar, que naturalmente derruba o valor das commodities. No caso do petróleo, as perspectivas são ainda piores por conta da volta de algumas produtoras americanas à atividade, que adicionam mais à capacidade global.

Nesta segunda, os preços dos contratos futuros de três meses do cobre na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês) caíram 1,5%, para US\$ 5.188 a tonelada. A queda mensal já chega a quase 10%.

No caso do níquel, o recuo diário foi de 2,5%, para US\$ 11.030, e o mensal se aproxima de 6%. O alumínio recuou 0,2% ontem, para US\$ 1.639, com baixa no acumulado de julho em 3%, e o zinco perdeu 1,1% no dia, chegando a US\$ 1.933, ficando na estabilidade até agora no mês.

A situação para o petróleo foi pior. Os preços do barril do Brent caíram 2,1% em Londres, atingindo US\$ 53,47 — este é o menor nível desde março. O WTI, por sua vez, recuou 1,6% em Nova York, chegando a US\$ 47,39 por barril. As baixas até então em julho são de 16% e 20%, respectivamente.

Por outro lado, uma commodity que segue a toada de valorização é o minério de ferro. Desde que tocou o menor patamar em seis anos, o insumo voltou a ser negociado a preços superiores a US\$ 50 a tonelada e hoje terminou em alta de 1,4%, para US\$ 51,40. No mês, contudo, o minério com teor de 62% de ferro negociado no porto chinês de Tianjin ainda recua 14%.

“Os metais básicos seguem sob pressão com outro colapso das ações na China e o pessimismo geral dominando as negociações nas bolsas do resto do mundo”, escreveu Leon Westgate, analista de commodities metálicas para o Standard Bank. “O que vemos é uma atividade forte de venda que enfraquece as commodities em geral, ainda mais com o dólar mais forte”, acrescentou.

O principal índice das bolsas chinesas, o Shanghai Composite, voltou a cair, perdendo 8,5% em um só dia. A baixa foi a mais aguda desde fevereiro de 2007. Com isso, os temores do mercado quanto a pregões sucessivos em baixa voltaram, em meio ao receio dos investidores de que o governo da China reduza sua presença no mercado. Durante o dia, contudo, a regulação local disse que os fundos governamentais vão continuar comprando ações para tentar sustentar a bolsa.

Obras da land rover na reta final

29/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A construção da fábrica da Jaguar Land Rover (JLR) no sul do Rio de Janeiro chegou à reta final e, após erguer os principais prédios, a montadora começa agora a instalar os equipamentos no local, onde são investidos R\$ 750 milhões. A expectativa é inaugurar o empreendimento no primeiro trimestre de 2016, mas, antes disso, os testes de produção, quando são montados protótipos dos veículos, devem ser iniciados até o fim deste ano.

Em paralelo às obras de sua primeira fábrica nas Américas e a única fora do Reino Unido 100% controlada pelo grupo - já que na Índia e na China os carros da marca são produzidos em parceria com a Tata, de seu grupo controlador, e a Chery -, a Jaguar Land Rover se prepara para ter uma estrutura maior no país.

Esse trabalho envolve expandir a rede de concessionárias, bem como buscar um novo local na capital paulista para abrigar tanto sua sede administrativa como o centro de treinamento dos revendedores e mecânicos da grife. Hoje, os diretores da filial estão baseados em Moema, na zona sul de São Paulo, enquanto o treinamento técnico é feito em São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

De 38 lojas no fim do ano passado, o número de concessionárias, que vendem tanto Jaguar quanto Land Rover, chegou a 42 pontos e alcançará 46 revendas quando a fábrica estiver pronta. O plano de desenvolvimento da rede prevê a chegada a praças como Manaus (AM), a primeira na região Norte, junto com o avanço no Nordeste a partir de inaugurações em capitais como São Luís (MA) e Teresina (PI).

À frente da empreitada, Terry Hill, presidente da montadora na América Latina, reconhece que, diante da recessão que levou o consumo de veículos no Brasil ao pior resultado em oito anos, o mercado brasileiro levará mais tempo para alcançar as 5 milhões de unidades anuais previstas quando o grupo decidiu investir no país. Se em dezembro a empresa

ainda apostava na conquista dessa marca até o fim da década, agora, o executivo avalia que o mais provável é que isso só aconteça cinco anos mais tarde, em 2025.

Neste ano, as vendas de veículos leves no país não devem passar das 2,7 milhões de unidades, conforme projeções da Anfavea, que representa os fabricantes instalados no país.

Nada que abale, no entanto, a confiança na evolução do mercado premium, menos exposto à crise e que, nas contas de Hill, mais do que dobrará de tamanho no Brasil até 2020: saindo das 40 mil unidades, no ano passado, para 100 mil veículos.

"Ainda estamos confiantes no crescimento da Jaguar Land Rover. Se você tem o produto certo, na hora certa, o consumidor vai se interessar", avalia o executivo, acrescentando que, a despeito da recessão, os fundamentos da economia brasileira seguem sólidos.

No julgamento da companhia, o "produto certo" para dar a arrancada na fábrica que está sendo erguida no município de Itatiaia é o Discovery Sport, um utilitário esportivo compacto, vendido no mercado brasileiro por preço a partir de R\$ 183,1 mil.

A empresa já informou que o carro montado no Brasil não terá valor diferente do que hoje é cobrado pelo modelo importado da fábrica de Liverpool, na Inglaterra. No Sul Fluminense, a JLR ainda terá um segundo modelo, mas de nome, por enquanto, não divulgado - o Evoque, carro mais vendido pela marca no Brasil, é o mais cotado.

Para quebrar qualquer resistência ao produto nacional, Hill diz que a montadora tem a oferecer uma fábrica moderna, com padrão tecnológico superior até mesmo às linhas da matriz no Reino Unido, e um plano de revisões técnicas para cinco anos de uso do Discovery Sport ao custo de R\$ 990.

"Às vezes, acontece de o consumidor ter medo de comprar um carro nos primeiros meses de produção. No nosso caso, garanto que eles não terão que se preocupar com isso", afirma o presidente da Jaguar Land Rover na região.

À espera de novos acordos comerciais do Brasil com países como Colômbia e Peru, Hill diz que exportar os carros produzidos em Itatiaia a mercados vizinhos da América do Sul é uma possibilidade, mas que não há nenhum plano definido a esse respeito no momento.

"Não planejamos a fábrica no Brasil para aproveitar oportunidades de exportação. A prioridade é o consumidor brasileiro".

Quando a fábrica estiver pronta, mais de 400 pessoas serão empregadas no local. Pouco menos da metade desse contingente já foi contratada e está sendo treinada em operações do grupo na Inglaterra para que sejam líderes dos futuros funcionários.

A Land Rover, que vendeu menos de 10 mil carros no Brasil no ano passado, terá capacidade de produzir 24 mil veículos em Itatiaia. Contudo, está hoje ainda muito distante desse patamar.

Diferentemente das outras marcas premium que decidiram investir na produção local e comemoram recordes no mercado brasileiro - casos de Audi, Mercedes-Benz e BMW -, a Land Rover tem neste ano uma baixa de 11% no volume emplacado no país. Em 2014, suas vendas já tinham encolhido 12%.

Inadimplência das empresas fecha semestre com alta de 12,9%

29/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A inadimplência das empresas encerrou o primeiro semestre com alta de 12,9%, na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo a empresa de consultoria Serasa Experian. A alta foi a maior desde 2012, quando o índice registrou elevação de 16,5%.

Em junho, o indicador teve leve alta de 0,1% em relação a maio. Na comparação com junho de 2014, houve crescimento de 19,2%. Segundo os economistas da Serasa, a elevação da taxa tem relação com o cenário de deterioração da atividade econômica, que continua impactando negativamente a inadimplência das empresas.

As dívidas não bancárias foram as que mais pesaram para a alta do índice, com crescimento de 4,8%. A inadimplência com os bancos subiu 1,3%. Já os cheques sem fundos e os títulos protestados caíram 8,8% e 2,4%, respectivamente.

O valor médio dos cheques sem fundos teve crescimento de 10,4% no primeiro semestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2014. O valor médio dos títulos protestados e das dívidas não bancárias também teve alta de 11,7% e 0,7%, respectivamente. Já o valor médio da inadimplência com os bancos caiu 17,1%.

Platit Brasil completa 10 anos e projeta expansão

29/07/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



Uma das líderes do mercado mundial de revestimentos PVD, a suíça Platit está completando 10 anos de atividades no Brasil.

Com carteira de mais de 1 mil clientes ativos, a empresa planeja agora expandir sua presença em todos os segmentos de mercados, como os de conformação, injeção, trefilação e extrusão, buscando alcançar a mesma participação que tem hoje no setor de ferramentas.

Geraldo Traver, CEO da Platit do Brasil, considera que a empresa tem muitos feitos a comemorar nesses 10 anos. Entre eles o de ter mudado alguns paradigmas do mercado brasileiro.

“Quando a Platit chegou ao Brasil praticamente só estavam disponíveis dois tipos de revestimentos, o TiN e o TiNAl.

O nitreto de cromo-alumínio era uma novidade... E nós chegamos já oferecendo 18 tipos de revestimentos”, comenta. Hoje, o portfólio da empresa é composto de 36 opções.

O executivo frisa que a empresa não só ampliou o leque de opções de revestimentos, como “desenvolveu uma série de soluções específicas para diversas aplicações e processos da indústria de usinagem, Injeção, conformação, extrusão, laminação, trefilação, forjaria etc.”

Assim como para os mais diversos materiais: ferro fundido (todos os tipos), aços (todos os tipos e classes), alumínio, vidro, fibra de vidro, plásticos, latão, cobre, compósitos etc. “Também mudamos os parâmetros da logística. Há 10 anos, era impensável, por exemplo, se falar em atendimento 24 horas”.

Traver conta que quando da instalação da filial brasileira, em 2005, foi feito um planejamento de longo prazo, detalhado, dividido em biênios e revisado semestralmente.

“É interessante notar que conseguimos cumprir todas as metas ali estabelecidas, mesmo enfrentando duas crises - a de 2008-2009 e a atual - como a de instalar duas unidades no País (Paraná e São Paulo), número de equipamentos (fornos) e até superar algumas delas, como as de volume de negócios e número de clientes”.

O executivo destaca que a Platit completa a primeira década no País com alto nível de satisfação entre os clientes e expandindo para novos mercados.

E lembra que a empresa iniciou a sua trajetória no mercado brasileiro pelo segmento de usinagem, ainda hoje o principal consumidor de revestimentos no País, tendo realizado mais de 5 mil testes em clientes, abrangendo todas as áreas de aplicação e diversos materiais.

“Foi um grande desafio, pois faltava conhecimento. Para se ter uma ideia ainda hoje existem pessoas que consideram que não existe revestimento para alumínio”.

Hoje o setor de usinagem (ferramentas de corte) responde por 45% dos negócios da Platit, mas já chegou a representar mais de 70%.

Os segmentos de conformação e estamparia já respondem por 15 a 20%, o mesmo para injeção, enquanto laminação e trefilação respondem por 5%. “Temos também clientes na indústria do vidro, biomédica e odontológica, forjaria e componentes. Todos estes com grande potencial de crescimento”, afirma.

Concluída essa primeira etapa, a Platit já está com um novo plano para os próximos 10 anos. De acordo com Traver, trata-se de um plano bem agressivo.

“Apesar desta crise política e econômica momentânea, o Brasil é a 7ª economia do mundo”, ressalta. “Nossas principais metas são: ampliar o market share e, nos próximos cinco anos, nos tornarmos líder do mercado brasileiro em todos os segmentos e processos que utilizem revestimentos PVD”.

Para tanto, a empresa planeja ampliar a cobertura geográfica, expandindo o número de filiais; consolidar a presença em todos os segmentos de mercado; explorar novos segmentos e se aproximar também dos clientes finais.

“Recentemente fizemos um upgrade e atualização de todos os equipamentos das nossas unidades do Brasil e iremos lançar em breve novos produtos que proporcionem aos clientes ainda mais desempenho e redução de custos”, conclui.

Gama Matrizes investe em nova fábrica em Caxias

29/07/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



Como parte das comemorações dos 20 anos de fundação, a Gama Indústria de Matrizes inaugura no próximo dia 31 de julho sua nova fábrica em Caxias do Sul (RS). Especializada em moldes para injeção de alumínio e plásticos, a empresa investiu cerca de R\$ 5 milhões na obra e em novos equipamentos.

Em terreno de 2,5 mil m², a nova fábrica tem área fabril de 1,5 mil m². O espaço foi pensado para receber pelo menos 60 funcionários - hoje a empresa possui 41. "Decidimos investir porque o mercado cresceu e acabou nos impondo uma necessidade de ampliação.

Soubemos administrar momentos de crise e hoje realizamos nosso sonho de ter um espaço só nosso", comemora Antônio Gaviraghi, um dos fundadores e diretor da Gama.

Entre os novos equipamentos, a Gama adquiriu dois centros de usinagem, sendo um high speed com 36 mil rpm, uma máquina de medir tridimensional CNC e um preset de ferramentas. Com a ampliação das instalações e os novos equipamentos, a empresa projeta aumento de 50% na capacidade de produção. Para 2016, a expectativa de crescimento do faturamento é de 10%.

De acordo com a diretoria, o objetivo da empresa é firmar-se como a mais completa e eficiente indústria de matrizes. Hoje existem cerca de 2,5 mil matrizarias no Brasil, dessas estima-se que apenas 100 trabalhem com alumínio. A estrutura fabril e tecnológica permite a atuação em diversos segmentos de mercado, principalmente no automotivo.

Bandeira tarifária de agosto deve continuar vermelha, diz diretor da Aneel

29/07/2015 - Fonte: Em.com.br

Apesar da melhora no regime de chuvas e da diminuição da demanda prevista de consumo de eletricidade no país, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse na tarde desta terça-feira que a bandeira tarifária de agosto deve continuar vermelha.

A cor da bandeira para o oitavo mês do ano será anunciada pelo órgão regulador nos próximos dias. O consumidor paga R\$ 5,50 a mais para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos quando a bandeira é vermelha.

"Apesar das chuvas terem melhorado e de haver uma sinalização de redução na carga prevista até o fim do ano, mesmo assim a bandeira tarifária continuará vermelha. Mas estamos vendo um cenário positivo à frente e o preço da energia no curto prazo (PLD)

tem sido decrescente", avaliou Rufino. Os comentários foram realizados após a reunião semanal da diretoria colegiada do órgão regulador.

Desde janeiro, o setor elétrico adotou o regime de bandeiras tarifárias, que repassa mensalmente para as contas de luz o custo da geração de energia. Nos meses em que o preço da energia no curto prazo é mais alto, a bandeira é vermelha, o que ocorre desde o início do ano.

Nos meses de bandeira amarela, o acréscimo nas tarifas é de R\$ 2,50 a cada 100 kWh consumido. Nos meses de bandeira verde, não há cobrança adicional.